

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS BENS INVENTARIADOS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REI (1800-1822)

Ana Cláudia Pereira¹, Carlos de Oliveira Malaquias²

1. Estudante do curso de Licenciatura Plena em História da UFS
2. UFS Departamento de História – Pós-graduação em História / Orientador

Resumo:

Compondo o projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei: passagem do século XVIII para o XIX”, que intenta compreender as mudanças no perfil socioeconômico da região entre fins do período colonial e o Império, a presente pesquisa perscrutou a composição e a distribuição da riqueza dos sergipanos no início do Oitocentos. Para tanto, foram utilizados os inventários *post-mortem*, processos judiciais que, visando à transferência legal de bens, compilavam todo o patrimônio de proprietários falecidos; as técnicas da História Quantitativa e Serial; como também da História Espacial e dos Sistemas de Informação Geográfica. Os resultados encontrados, analisados *per si* e em comparação com outros estudos feitos para diferentes regiões da América Portuguesa, mostraram uma economia basicamente agropastoril, com altos índices de concentração de riqueza, e uma estrutura produtiva extensiva e altamente escravista, com linhas claras de divisão entre as diferentes culturas.

Palavras-chave: riqueza; inventário *post-mortem*; Sergipe colonial.

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UFS

Introdução:

A passagem do século XVIII para o XIX foi marcada em Sergipe por uma mudança no perfil socioeconômico da Capitania. As atividades voltadas ao abastecimento alimentar e à pecuária, que por dois séculos, XVII e XVIII, foram carro-chefe do movimento de consolidação da presença portuguesa em solo sergipano, deram lugar, no alvorecer dos Oitocentos, à lavoura de cana-de-açúcar. De menos de uma centena e meia de engenhos em 1798, Sergipe passou a contar em 1823 com 347 e, na segunda metade do século XIX, já com a agroindústria açucareira estabilizada, o número de unidades de produção girou em torno de 700, concentradas, principalmente, na microrregião da Cotinguiba.

Desse processo, porém, permanecem desconhecidos alguns aspectos. O impacto do avanço da cana-de-açúcar sobre as já seculares culturas de subsistência e a criação de gado, por exemplo, é uma problemática não discutida pela ampla historiografia que se dedica ao fenômeno, mesmo sendo estes artigos essenciais à administração colonial portuguesa. Outra questão que se coloca é a da origem dos investimentos. Qual a procedência dos capitais empregados na compra de escravos e demais equipamentos tão necessários e onerosos? O projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei: passagem do século XVIII para o XIX” propõe a pesquisa da economia sergipana no período citado para iluminar essas problemáticas. O recorte temporal justifica-se pela conjuntura da gênese do capital açucareiro e o espacial, pela faculdade de mapear os relacionamentos das diferentes atividades produtivas.

De modo geral, o projeto intenta traçar um panorama, até o momento inexistente, da composição e distribuição da riqueza dos sergipanos ao longo do século XIX e, especificamente, no âmbito dessa pesquisa, primeira parte do trabalho, desenvolvida de agosto de 2016 a julho de 2017, objetivou-se: a) levantar nos inventários *post-mortem* produzidos em Sergipe Del Rei, entre 1800 e 1822, a composição dos patrimônios, discriminando valor e características dos bens; b) produzir e alimentar um banco de dados com as informações coletadas; c) analisar a composição e distribuição da riqueza, bem como sua variação entre as distintas regiões da capitania.

Metodologia:

A metodologia deste trabalho consistiu no (1) exame e discussão de obras historiográficas, (2) leitura paleográfica e transcrição de processos de inventários *post-mortem*, (3) alimentação de um banco de dados com as informações coletadas, (4) processamento e tabulação em softwares estatísticos, (5) análise dos resultados – *per si* e de forma comparativa – e, finalmente, (6) síntese historiográfica.

Os inventários *post-mortem*, processos judiciais abertos quando do falecimento de um proprietário, são uma fonte única e valiosa de dados sobre a riqueza na América Portuguesa. Diferentemente dos congêneres atuais, há nesses documentos uma descrição minuciosa dos itens que compunham as posses do inventariado, visto que os bens manufaturados, nas sociedades pré-industriais, eram valorosos e de reduzido número, sendo

inclusive legados como herança. Importantes autores fizeram uso dessa documentação para embasar suas obras. Sendo assim, a primeira etapa desta pesquisa consistiu no exame e discussão de alguns desses trabalhos, graças aos quais foi possível identificar os limites e possibilidades de tal fonte e, por consequência, das análises decorrentes.

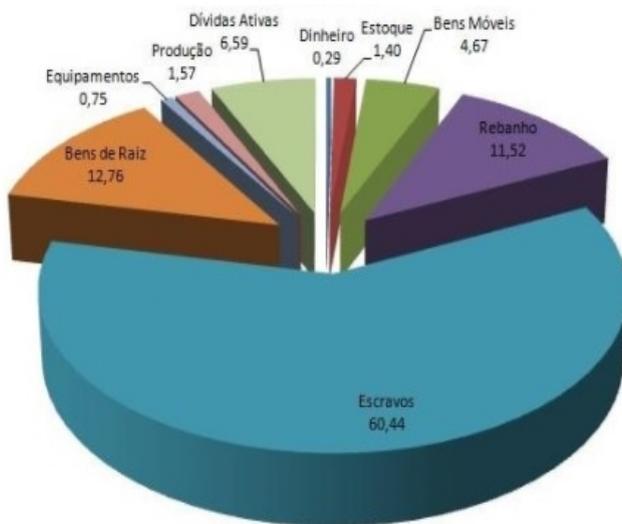
Em seguida, procedeu-se à leitura paleográfica dos documentos e a transcrição dos dados, com a produção de fichas individuais para cada processo de inventariação. As informações coletadas foram agrupadas em nove categorias: (1) dinheiro; (2) produção, que comporta os gêneros agrícolas, extrativistas e artesanais; (3) equipamentos e benfeitorias empregados no beneficiamento da produção; (4) bens de raiz, os imóveis; (5) escravos; (6) rebanho; (7) dívidas, subdivididas em ativas (a receber) e passivas (a pagar); (8) estoque, ou seja tudo aquilo identificado como mercadoria armazenada para venda; (9) bens móveis, na qual foram alocadas as ferramentas, vestimentas, as joias, o mobiliário, os metais preciosos e tudo que não se enquadrou nas demais categorias. Ao todo, foram consultados 344 inventários, que constituem todos os processos abertos na capitania e conservados que se têm notícias para o período 1800-1822, cobrindo sete diferentes regiões: Estância, Itabaiana, Lagarto, Porto da Folha, São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas e Vila Nova.

Os procedimentos de análise seguiram os postulados da chamada História Quantitativa ou Serial: a produção de um banco de dados cobrindo determinada série temporal e o uso de técnicas estatísticas para tratá-los e tabulá-los, nesse caso o programa *Statistical Package for the Social Sciences*, por meio do qual foram confeccionadas tabelas, gráficos e mapas. Os resultados obtidos foram comparados aos de outras pesquisas para variadas regiões, como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, por fim, sintetizados num relatório o que possibilitou uma visão global do universo pesquisado.

Resultados e Discussão:

O **Gráfico 01** apresenta a composição das fortunas de nossa amostragem. De imediato, percebe-se que dinheiro é o item que menos a compunha. Há muito a historiografia sabe da baixa monetarização das sociedades do século XVIII e XIX (ALMEIDA, 2010; FRAGOSO, 1998; FRANK, 2012; MATTOSO, 1992), que,

Gráfico 01: Composição da riqueza inventariada na Capitania de Sergipe Del Rei - 1800 a 1822



Fonte: Inventários *post-mortem* APES e AGJSE, Aracaju-SE.

em alternativa à falta de moeda, usavam a prestação de serviços a prazo e o fornecimento de crédito informal nas transações comerciais, ambos aqui representados pelas dívidas ativas. Em economias altamente mercantilizadas como Rio de Janeiro e Minas Gerais, esse item compõe aproximadamente $\frac{1}{4}$ da riqueza total (ALMEIDA, 2010, p. 138; FRAGOSO, 1992, p. 255). Em Sergipe, no entanto, ele não chega aos 7%, o que indica que a capitania se distanciava desse *status* econômico.

As categorias mais expressivas dentro da riqueza são os escravos, seguidos dos bens de raiz e rebanho. O peso da escravidão na economia colonial foi notado por diversos historiadores que, para diferentes regiões da América Portuguesa, fixaram em cerca de 90% o índice de inventariados que possuíam escravos (ALMEIDA, 2010, p. 150; FRAGOSO, 1992, 76-77; OSÓRIO, 2007, p. 270). Em Sergipe, 84% dos proprietários do período

estudado tiveram acesso à mão-de-obra cativa. No entanto, o grau de importância dos escravos dentro da riqueza total variava de acordo com a região. No Rio de Janeiro, cidade portuária, mercantil e urbanizada, onde os escravos eram metade da população e estavam presentes em 88% dos patrimônios, somavam apenas 14% (FRANK, 2010, p. 49). Já nas Minas Gerais, marcada pela produção de gêneros agrícolas, eles eram o primeiro item de riqueza, assim como em Sergipe. No entanto, em Minas Gerais o terceiro item de importância eram as dívidas ativas, o que conjugava o setor rural escravista ao mercantil. Em nossa amostragem, tal lugar era ocupado pelo rebanho. Sendo assim, temos que para o início do século XIX, a estrutura produtiva em Sergipe era fundada basicamente no cultivo de gêneros agrícolas e na criação de gado.

Alocando todos os nossos inventariados em grupos de 10% (**Gráfico 02**), percebemos como a riqueza estava distribuída entre os diferentes proprietários, sendo que o primeiro decil abrange os mais pobres e o último, a elite econômica. A curva de ligação entre os pontos indica uma sociedade altamente desigual em que os mais pobres possuíam aproximadamente 127 mil réis de patrimônio e os mais ricos, 14 contos. Calculando o Índice de Gini, medida de concentração de riqueza em que um significa a perfeita desigualdade e zero a perfeita igualdade, obteve-se a cifra de 0,692 o que só comprova o alto índice de polarização.

Observando o terceiro gráfico (**Gráfico 3**), que apresenta o quanto de cada componente de riqueza era controlado pelo decil mais rico e pelos 50% mais pobres, podemos visualizar como era construída essa concentração de riqueza. A constatação imediata é que todas as categorias estavam concentradas nas mãos da elite proprietária, sendo o item de maior diferenciação entre ricos e pobres os bens de raiz, que os 10% mais abastados controlavam quase 80% dos valores em imóveis e das unidades produtivas, enquanto os mais pobres controlavam menos de 10%. Algo semelhante acontecia com os equipamentos, essenciais numa economia agropastoril por serem itens de melhoramento da produção. Em terceiro lugar, as dívidas ativas, grupo em que está o crédito necessário para a compra dos equipamentos e dos escravos. Estes, categoria que ocupa o segundo lugar na composição da riqueza dos mais pobres, era o bem mais disseminado pela sociedade: de 344 proprietários, apenas 47 não o possuíam, apesar de ser o quarto em ordem de concentração.

No que toca à estrutura produtiva, o **Gráfico 4** mostra que os itens agrícolas mais comuns eram a mandioca, cana, açúcar e algodão. Distribuindo nossos proprietários no mapa, podemos perceber as fronteiras de cada cultura, bem como certo nível de especialização regional. O açúcar, por exemplo, não existia nas regiões de Lagarto, Itabaiana, Propriá e Vila Nova: estava

restrito ao litoral (**Mapa 02**). A farinha de mandioca, apesar de ser fabricada por toda a capitania, era substancialmente produzida na região de Estância (**Mapa 01**). O gado vacum, no que toca ao rebanho, era maioria na capitania, como mostra o **Gráfico 05**, visto sua importância como alimento e força motriz. Apesar de espalhado por toda capitania, estava concentrado na região do Rio São Francisco, também conhecido, não por acaso, como Rio dos Currais (**Mapa 04**). Já o gado cavalariço, item de uso pessoal usado para o transporte entre pequenas distâncias, era mais utilizado na região de São Cristóvão, sede administrativa da capitania onde residiam os “homens bons” (**Mapa 03**).

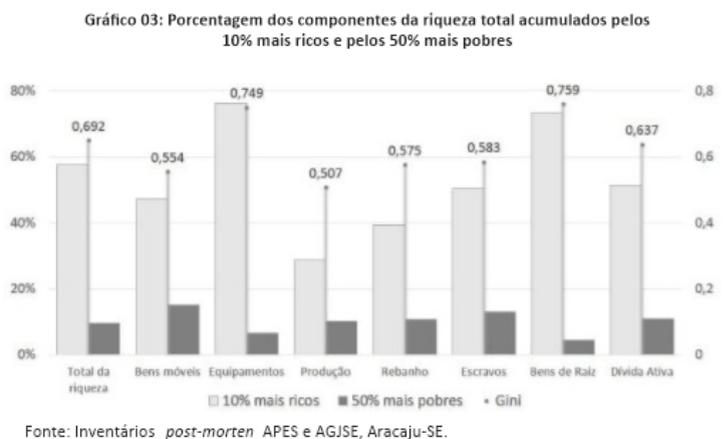
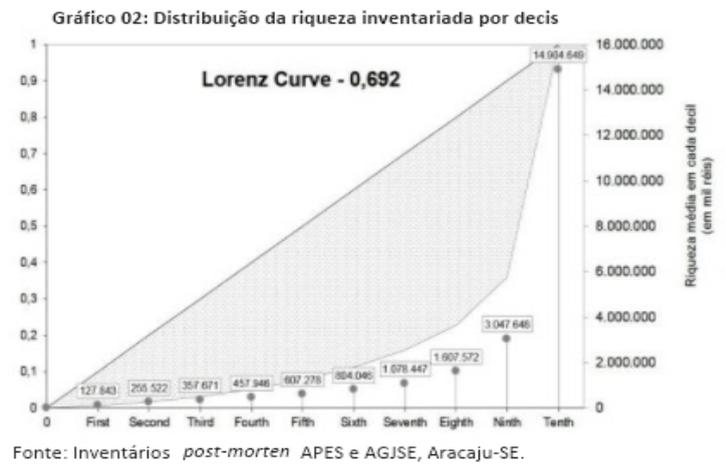


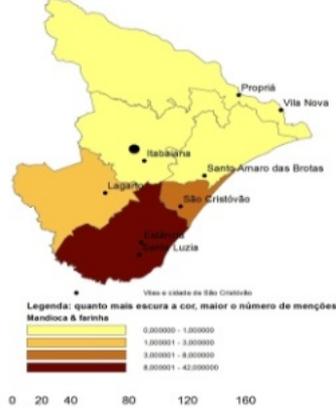
Gráfico 04: Produções inventariadas no início do século XIX - 1800 a 1822



Gráfico 05: Rebanho inventariado no começo do século XIX - 1800 a 1822



Mapa 01: Distribuição e concentração regional da farinha de mandioca



Mapa 02: Distribuição e concentração regional do açúcar

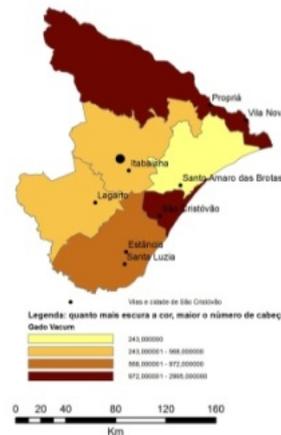


Mapa 03: Distribuição e concentração regional do gado cavalar



Fonte: Inventários *post-mortem* APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Mapa 04: Distribuição e concentração regional do gado vacum



Fonte: Inventários *post-mortem* APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Conclusões:

A análise comparativa dos aspectos econômicos revelados pelos inventários produzidos em Sergipe Del Rei, de 1800 a 1822, permitiu-nos perceber alguns traços específicos da capitania. A riqueza, majoritariamente composta por escravos, bens de raiz e rebanho, revelou-nos uma estrutura econômica basicamente agropastoril, com irrisória liquidez, pequena participação mercantil e que dependia, dado o pequeno valor dos instrumentos de beneficiamento da produção, das constantes incorporações de terras e mão-de-obra para funcionar e crescer. Estes itens estiveram acessíveis à maioria dos proprietários, ao que parece, mas os bens de raiz concentravam-se nas mãos de um pequeno grupo.

Daí que a sociedade sergipana do início do século era altamente polarizada, com pobres investindo, na medida do possível, em escravos, e a elite, ao contrário, ainda que fortemente agrária, com diferentes possibilidades de investimentos, concentrando todos os itens de composição de riqueza. Mesmo a estrutura produtiva apresentou certo grau de especialização. O plantio de mandioca – junto à produção de farinha – e a criação de bovinos, por exemplo, ainda que altamente disseminados pela capitania, concentravam-se em níveis muito superiores nas regiões de Estância-Santa Luzia e Porto Da Folha-Vila Nova, respectivamente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

FRAGOSO, João L. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres**: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Annablume, 2012.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. O patrimônio dos mineiros depois do século do ouro: composição e dinâmica da riqueza na Freguesia de São José do Rio das Mortes – passagem do século XVIII para o XIX. In: ÁLVARO, Bruno Gonçalves; SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Cultura, memória e poder**: história e historiografia. Recife: Editora UFPE, 2016, pp. 119-144.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX**: uma província no Império, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SUBRINHO, Josué Modesto Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.